



LHM

SUBMISSÃO FEMININA NO ROMANCE *A VIDA EM FLOR DE DONA BÊJA* A PARTIR DA PERSONAGEM MARIA

Vinícius Amarante Nascimento*¹

*Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)

e-mail: viniciusamarantehistoria@gmail.com

Edwirgens Aparecida Ribeiro Lopes de Almeida*²

*Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)

e-mail: edwirgensletras@gmail.com

Resumo: No romance escrito por Agripa Vasconcelos *A vida em flor de Dona Bêja* de 1957, que representa o ciclo do povoamento do estado de Minas Gerais no século XIX, Dona Beja é a figura feminina da história de Araxá que protagoniza o romance. Entretanto, essa pesquisa objetivou analisar as representações criadas sobre a mãe de Dona Beja, a personagem Maria, a partir da sua participação no enredo do romance é possível repensar a situação feminina na sociedade patriarcal e perceber a tentativa de dominação masculina sobre as mulheres que se expressou a partir de diversas formas de violência. Desse modo, é possível afirmar, que a partir de uma ficção histórica, é possível repensar as desigualdades que foram sendo constituídas ao longo da história entre homens e mulheres.

Palavras-chave: Literatura Brasileira. Romance. Condição feminina.

Female Submission in Novel *A Vida Em Flor De Dona Bêja* From the Character Maria

Abstract: In the 1957 novel written by Agripa Vasconcelos, *A vida em flor de Dona Bêja*, which represents the cycle of the settlement of the state of Minas Gerais in the 19th century, Dona Beja is the female figure in the story of Araxá who stars in the novel. However, this research aimed to analyze the representations created about the mother of Dona Beja, the character Maria, because, from her participation in the plot of the novel, it is possible to rethink the female situation in the

1 Doutorando no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social - PPGDS pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, bolsista pela CAPES. Mestre em História Social (2015) e Letras-Estudos Literários (2023) pela UNIMONTES. Graduado em História (2010) e em Direito (2019) pela UNIMONTES. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4335776298112282>.

2 Pós doutora em Literatura Brasileira (UFMG). Doutora em Literatura pela Universidade de Brasília UNB (2010), Doutora em Língua e Literatura espanhola e hispano-americana pela Universidade de São Paulo USP (2013) Mestre em literatura brasileira pela Universidade Federal de Minas Gerais UFMG (2007) e graduada pela Unimontes em Letras Espanhol (2003), graduada em Letras/português, pela Unimes (2015). Professora do Programa de Pós-graduação em Letras/Mestrado e do Departamento de Comunicação e Letras da Universidade Estadual de Montes Claros. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5083379030353690>.



patriarchal society and perceive the attempt of male domination over women. expressed through various forms of violence. In this way, it is possible to affirm that, from a historical fiction, it is possible to rethink the inequalities that have been constituted throughout history between men and women.

Keywords: Brazilian Literature. Novel. Feminine condition.

Introdução

Nesta pesquisa buscou-se analisar as representações literárias sobre a condição feminina oitocentista criada por Agripa Vasconcelos em seu romance histórico *A vida em flor de Dona Bêja* (1957). Para a análise do romance utilizou-se dos pressupostos metodológicos da pesquisa bibliográfica, tendo como subsídios teóricos os trabalhos de Roger Chartier, Teresa de Lauretis, Mary Del Priore, entre outros.

Dona Beja é uma personagem histórica que viveu em Minas Gerais no século XIX. Se enquanto mulher histórica Dona Beja teve uma vida similar à de outras tantas mulheres do período oitocentista, buscando auferir bens, criar as filhas e seguir os seguimentos religiosos, ao ser transportada para o campo literário no século XX por Agripa Vasconcelos como protagonista do romance *A vida em flor de Dona Bêja*, Dona Beja se torna um símbolo de beleza, passando a evocar as imagens da musa, madona, sedutora, da mulher fatal e principalmente da cortesã de luxo. Porém, a partir do romance em questão, esta pesquisa objetivou analisar a condição feminina no século XIX a partir da personagem Maria que é a mãe de Beja e que compõem a narrativa até a adolescência da personagem principal.

Dessa maneira, tal pesquisa traz como questionamento central: Que representações femininas foram construídas a partir da personagem Maria no romance *A vida em flor de Dona Bêja*? A partir dos elementos históricos que compõem o enredo do romance de Agripa Vasconcelos, foi possível perceber o entrecruzamento entre Literatura e História, como observar a situação enfrentada pelas mulheres no século XIX marcada por desigualdades sociais.

Esta pesquisa mostra-se relevante, pois procurou, a partir dos estudos de gênero se debruçar sobre a questão da condição feminina no século XIX sob o regime patriarcal, os comportamentos socialmente idealizados para a mulher oitocentista e debater sobre o tema da submissão feminina.



Condição feminina oitocentista no romance *A vida em flor de Dona Bêja*

É por meio da criação de representações que os sujeitos ou grupo de indivíduos erigem significados e valores para a sua realidade social. Então, à vista disso, Roger Chartier conceitua representação como uma:

(...) imagem que remete à idéia e à memória de objetos ausentes, e que os pinta tais como são. Neste (...) sentido, a representação mostra o “objeto ausente” (coisa, conceito ou pessoa), substituindo-o por uma “imagem” capaz de representá-lo adequadamente. Representar é, pois, fazer conhecer as coisas mediatamente “pela pintura de um objeto”, “pelas palavras e pelos gestos”, “por algumas figuras, por algumas marcas” (CHARTIER, 2002, p. 166).

A representação deve ser entendida como uma prática de pessoas ou grupos de tornar presente – por intermédio de uma pintura, figura, escultura ou texto escrito– um objeto ausente, que pode ser uma coisa, conceito ou pessoa que esteja afastada no tempo ou espaço de quem representa.

Assim sendo, nesta análise entendemos como representações as imagens romanescas construídas por Agripa Vasconcelos de mulheres do século XIX, à luz do seu momento histórico de escrita no século XX.

O conceito de representação social faz parte de um “trabalho de classificação e de recorte que produz as configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade” (CHARTIER, 2002, p. 73), ou seja, Agripa Vasconcelos, que é um médico e escritor mineiro, para configurar o contexto de vida em que Dona Beja viveu com verossimilhança, fez recortes de fatos, classificou acontecimentos e circunstâncias que acreditou ser importantes do século XIX para compor o enredo do seu romance, e dois temas que merecem destaque nessa análise são apresentados na produção literária do escritor: o patriarcalismo e uma pretensa submissão feminina no período oitocentista.

O sistema patriarcal pode ser entendido como “um regime de dominação e subordinação em que o homem, geralmente o pai, patriarca, mantenedor e provedor, ocupa a posição de centralidade na família” (CASTRO, 2018, p. 06). Assim, “ele representa a autoridade máxima, na medida em que todos na casa, inclusive esposas e filhos, devem-lhe obediência plena” (CASTRO, 2018, p. 05). O regime patriarcal gera desigualdades de gênero, uma vez que cabia à mulher a submissão e a incumbência da organização doméstica e ao homem o poder de decisão e a vida pública.



Vale destacar que, no Brasil, o patriarcalismo se deu de maneira difusa³, em meio a uma série de estratégias femininas para resistir à opressão⁴. Mesmo que na contemporaneidade muitas sejam as conquistas e os direitos alcançados pelas mulheres, principalmente depois de se organizarem em movimentos feministas “o patriarcado ainda é um sistema presente, tendo apenas tomado novas configurações, uma vez que, sua base material não foi destruída” (CASTRO, 2018, p. 06).

Entre os séculos XVI ao XIX, a organização da família patriarcal brasileira se deu da seguinte maneira:

Núcleo central, legalizado, composto pelo casal branco e por seus filhos legítimos; e um núcleo periférico nem sempre bem delineado, constituído de escravos e agregados, índios, negros, mestiços, no qual estavam incluídas as concubinas dos chefes e seus filhos ilegítimos (CANDIDO *apud* ROCHA-COUTINHO, 1951, p. 27).

No romance de Agripa Vasconcelos se percebe reflexos dessa configuração familiar, em razão de no núcleo central da família temos o patriarca João Alves, que coordena sua fazenda em Nossa Senhora do Pains, sua esposa D. Nhanhá e sua filha Maria. Como núcleo periférico têm-se um pequeno grupo de escravos que pertencem a João Alves, que fazem tanto serviços domésticos como é o caso de Flaviana, como trabalhos no campo, seja na criação de animais ou na agricultura, que é o caso de Moisés.

O retrato pintado da família patriarcal, segundo Maria Lúcia Rocha-Coutinho, delineava uma imagem de um “*pater famílias* autoritário, rodeado de escravos, que dominava tudo: a economia, a sociedade, a política, seus parentes e agregados, seus filhos e sua esposa submissa” (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 67). Cabia ao chefe de família preservar o nome e honra de sua família que não poderia ser maculada, e no período em

3 Não podemos entender que o sistema patriarcal se deu de maneira homogênea em todo o território brasileiro, pois, enquanto regime de organização familiar e social sua forma clássica que se delineou no nordeste do Brasil, na chamada sociedade açucareira não teve os mesmos contornos que em outras regiões do país como observa Eni de Mesquita Samara, visto que, “no estudo da família brasileira, tendo em conta mudanças e continuidades estabelecidas ao longo do tempo, em regiões e sistemas econômicos distintos, implica rediscutir o termo “família” e o “modelo clássico patriarcal”, genérico e onipresente, já que, pesquisas recentes vêm indicando que no sul e sudeste do Brasil a família apresentou características distintas daquelas encontradas no nordeste açucareiro, especialmente no final do período colonial” (SAMARA, 2003, p. 38).

4 A História social das mulheres é marcada por inúmeras formas femininas de resistência à dominação patriarcal, pois, “tanto na sua vida familiar, quanto no mundo do trabalho, as mulheres souberam estabelecer formas de sociabilidade e de solidariedade que funcionavam, em diversas situações, como uma rede de conexões capazes de reforçar seu poder individual ou de grupo, pessoal ou comunitário” (PRIORE, 2000, p. 09 - 10). Por consequência, as mulheres de origem modestas “viviam de suas costuras, de seu comércio, de sua horta e lavouras, faziam pão, fiavam sedas, lavavam e tingiam panos, se prostituíam. Outras tantas eram proprietárias de escravos ou casadas com funcionários da coroa portuguesa” (PRIORE, 2000, p. 14). Já outras mulheres “mais poderosas, negociavam gado e escravos que iam buscar nas cidades litorâneas, montadas em lombo de burro e escoltadas por subalternos” (PRIORE, 2000, p. 16). A história está sendo revista e a submissão feminina atribuída às mulheres ao longo de séculos ao poder masculino vem sendo contestada por recentes pesquisas históricas no Brasil.



questão “a honra do homem depende em grande escala da habilidade em impor autoridade e defender a honestidade sexual das mulheres da família” (CAUFIELD, 2000, p. 46), porém, em *A vida em flor de Dona Bêja* a honra da família Alves estava ameaçada, porque a única filha do casal, Maria que era solteira apareceu grávida, como indica o trecho:

Ora, quando Maria, grávida, não podia mais ocultar seu estado, a mãe trancou-se com ela num quarto, exigindo a confissão, em frente da Imagem de Nossa Senhora. Maria, chorando, não respondeu às perguntas da mãe. Não pôde saber qual o namorado da filha, quem seria o pai de seu futuro neto! Só ameaça gravíssima de contar tudo ao esposo, o que seria caso difícil de saber-se o fim, amoleceu o coração da mãe. – Minha filha, você está grávida? Como única resposta a mãe viu a jovem balançar a cabeça, dizendo sim. Dêsse instante para a frente, Maria se tornou para sempre condenada às vistas da pobre mãe. Estava em desterro na própria família, cometera erro tão grande que infamava todos os parentes. Perdera, com aquele balancear afirmativo de cabeça, todas as prerrogativas de unigênita do casal: comparava-se a uma leprosa, desonrara a virtude espartana da mãe e ia matar o pai, com certeza (VASCONCELOS, 1966, p. 43).

Segundo os desígnios morais e religiosos do século XIX em que a mulher deveria permanecer casta até o matrimônio, Maria cometeu uma transgressão, que poderia trazer consequências para si e para sua família. Dado que, para a mulher a perda da honra poderia culminar na “execração pública e a condenação a uma vida de mulher indigna, sem direito a ser inserida em uma família decente e ter um casamento” (SILVA, 2007, p. 04) e, para a sua família, poderia resultar na estigmatização e perda de prestígio social. Na sociedade patriarcal, a esposa “era uma aliada do marido na vigilância dos filhos, mas ao mesmo tempo era julgada por ele” (BURITI, 2004, p. 03). Dessa maneira, no romance *D. Nanhá* sentia que falhara como mãe em seu intento de cuidado e policiamento da filha e temia pela reação do esposo.

No romance não é revelado de quem Maria engravidou, porém, o autor traz algumas conjecturas: “Êsse homem era decerto casado ou passageiro desconhecido, pois Maria nunca tivera um namorado e a seiva de sua mocidade e o sangue de seus instintos latejavam-lhe na carne encarcerada” (VASCONCELOS, 1966, p. 68). Observando o cotidiano mineiro no século XIX e a vida sempre enclausurada de Maria, seria possível presumir que o pai do seu filho fosse um mascate, um vendedor itinerante que, muitas vezes, tinha acesso ao interior das casas. A honra de Maria e de sua família poderia ser reparada através do casamento, seja forçado ou voluntário, como era prática comum no século XIX nessas circunstâncias, porém, a personagem foi irredutível em não revelar quem a engravidou.



Agripa Vasconcelos lança luz em *A vida em flor de Dona Bêja* para aspectos do cotidiano feminino na sociedade brasileira na passagem do período colonial para o imperial, como no fragmento do texto em que autor trata da submissão enfrentada pelas sinhazinhas no contexto da família patriarcal: “A educação da mulher, em Minas do século passado, era tão rigorosa que as filhas não tinham liberdade de conversar na mesa dos pais. E as mães não permitiam a menor palavra relativa à maternidade, em presença das filhas” (VASCONCELOS, 1966, p. 42). Ressalta-se que no contexto histórico em que o Brasil passava de possessão portuguesa a Império, a vida das filhas dos patriarcas eram marcadas pela repressão, pela escassez de informações e sujeição a regras morais e normas católicas, que geravam nessas mulheres o desconhecimento do seus corpos e de sua sexualidade.

Ainda sobre o cotidiano das sinhás-moças escreve Agripa Vasconcelos que:

Viviam mais com as escravas que com as próprias mães. Quando essas mães-pretas eram africanas, possuíam lealdade incorruptível; boas conselheiras, e amavam as sinhazinhas. A mestiçagem perverteu esse sentimento e as escravas mulatas eram cínicas, sensuais e falsas. A educação sexual das mocinhas era ministrada por essa gente. Cresciam na moral das escravas e, desde meninas, presenciavam a vida reservada dessas mães-de-criação e os homens por quem se apaixonavam. (VASCONCELOS, 1966, p. 42).

As chamadas mães-pretas eram escravas domésticas. Elas tinham como incumbência cuidar dos filhos dos seus senhores, quando lactantes, essas mulheres escravas eram convertidas em amas de leite, responsáveis pela amamentação dos filhos recém-nascidos da aristocracia branca. É, necessário ressaltar que “a existência de mães pretas revela mais uma faceta da expropriação da senzala pela casa-grande, cujas consequências inevitáveis foram a negação da maternidade da escrava e a mortandade de seus filhos” (GIACOMINI, 1988, p. 57), visto que, “para que a escrava se transformasse em mãe-preta da criança branca, foi-lhe bloqueada a possibilidade de ser mãe de seu filho preto” (GIACOMINI, 1988, p. 57).

No século XIX, era circulante o discurso que a entrada do escravo nos espaços domésticos das casas de seus proprietários poderia prejudicar o equilíbrio social e familiar e que os cativos ao serem “imiscuídos nos sobrados e nas casas-grandes, introduziam, no seio das famílias brancas, a corrupção física e moral” (LUFT; WELTER, 2009, p. 16). Agripa Vasconcelos parece corroborar com tal perspectiva, já que afirma, conforme o trecho destacado acima, que as escravas mulatas ao serem introduzidas na intimidade do lar senhorial corrompiam as sinhás-moças com ensinamentos indevidos, como, “por exemplo,



o que ocorre quando a menina vira moça, despertando-lhes a curiosidade pelos rapazes, ministrando-lhes lições de flerte e namoro” (LUFT; WELTER, 2009, p. 14). Porém, não são as escravas mestiças responsáveis pela depravação moral de moças que viveram confinadas nos recônditos domésticos com pouco ou nenhum conhecimento sobre o seu corpo e sexualidade. Na realidade as escravas são vítimas do torpe sistema escravista, que negou às cativas a condição humana, cerceando a sua liberdade, impedindo muitas vezes que exercessem sua maternidade plenamente e as sujeitando a exploração sexual e ao árduo trabalho compulsório.

Em *A vida em flor de Dona Bêja*, após D. Nhanhá descobrir que sua filha estava grávida, procurou esconder esse fato do esposo, com receios da atitude que ele pudesse tomar, como indica o seguinte fragmento: “A fazendeira teve o extremo cuidado de ocultar aquilo ao marido” (VASCONCELOS, 1966, p. 43). O que demonstra que em meio “a autoridade despótica do *pater familias*, assentada no domínio indevassável do lar” (QUINTANEIRO, 1996, p. 38), as mulheres mesmo que muitas vezes enclausuradas no recinto doméstico encontravam subterfúgios e manobras evasivas contra o poder de mando e vigilância do patriarca, como meios para se protegerem.

No século XIX, em meio à discricionariedade do poder paterno, deve ser lembrada a imagem da mulher mãe/esposa e senhora, que muitas vezes, era a “companheira de sofrimentos e experiências de opressão dos filhos, pessoa em quem vários deles buscavam refúgio e consolo em seu temor e terror ao pai patriarcal, muitas vezes sádico em seu comando de escravos, mulheres e crianças” (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 70). Entretanto, nem sempre as senhoras brancas das famílias oitocentistas eram símbolos de afabilidade, dado que, “a mulher desta classe era a auxiliar direta do marido na manutenção de seu lugar social e, se preciso fosse, poderia até assumir atitudes mais “patriarcais” do que ele” (CORRÊA, 1981, p. 12).

Embora consideradas inferiores aos seus esposos, as senhoras brancas faziam de tudo para que o prestígio social de suas famílias e os seus privilégios de mulher branca não fossem abalados, como se percebe no romance *A vida em flor de Dona Bêja*, visto que, D. Nhanhá ao saber que o nome de sua família poderia ser sujado com a ignomínia de uma gravidez da filha fora do casamento e que a sua integridade física como da filha poderiam estar ameaçadas por uma possível atitude impetuosa de João Alves, ela não hesita e submete impiedosamente a filha a práticas abortivas, como aponta o trecho: “A esposa de João



recorreu a beberagens que sabia fazer; deu à filha para engolir coisas infames; recorreu a práticas de africanos, com garrafadas imundas. Tudo em vão. A gravidez aumentava, a carne amadurecia o fruto, dava-lhe fôrças, vida” (VASCONCELOS, 1966, p. 43).

Embora o aborto voluntário fosse uma prática condenada pela Igreja Católica, muitas mulheres no século XIX recorreram a esse meio em decorrência do “desespero diante do filho indesejado, o pânico diante do estigma do meio social, da morte social ou da exclusão familiar” (PRIORE, 1995, p. 299). Muitas eram as práticas abortivas, sejam as mecânicas, “golpes aplicados no próprio ventre” (PRIORE, 1995, p. 301) como as farmacológicas, que poderiam se dar pelo consumo de chás, poções, mezinhas e drogas com efeitos abortivos, que muitas vezes, culminavam com a morte da mãe conjuntamente com a do filho, uma vez que, “as mortes duplas, de mãe e filhos, não eram inusuais, ao tentar livrar-se do fruto indesejado, as mães acabavam por matar-se envenenadas” (PRIORE, 1995, p. 301).

Comumente as escravas africanas ou mestiças são apontadas como detentoras de um saber abortivo, fazendo uso principalmente para interromper uma gravidez em decorrência de um estupro cometido pelo seu senhor. Porém, como aponta Mary Del Priore, tal discurso é falacioso, em razão de:

Na história das mães pobres, negras e escravas é preciso, contudo, matizar a lenda de que estas recorriam comumente ao aborto para evitar que seus filhos passassem as mesmas dificuldades e sofrimentos que elas. É preciso deixar claro que numa época sem antibióticos ou qualquer outro recurso da medicina, abortos feitos com canivetes e outros instrumentos cortantes ou com chás venenosos levavam, na maior parte das vezes, à morte da mãe junto com o feto (PRIORE, 2000, p. 79).

Segundo Teresa de Lauretis, a sociedade é circunscrita por “espaços gendrados marcados por especificidades de gênero” (LAURETIS, 1994, p. 206). Tais espaços podem ser compreendidos como os locais que homens e mulheres se organizam e se inter-relacionam, onde circulam discursos e desenvolvem relações de poder. Os espaços gendrados podem ser de contestação às normas sexistas que buscam reafirmar diferenças entre homens e mulheres como é o caso dos “grupos de conscientização, os núcleos de mulheres dentro das disciplinas, as organizações coletivas de periódicos ou de mídias feministas” (LAURETIS, 1994, p. 206) ou espaços marcados pela “produção de diferenças sexuais, de perpetuação do patriarcado e da inferiorização da mulher” (RAMOS, 2012, p.05).



Em vista disso, percebeu-se que o espaço ficcional narrado no romance é perpassado pelas relações sexo/gênero. A representação do século XIX constituída por Agripa Vasconcelos evidencia um espaço gendrado que se passa em uma fazenda no interior de Minas Gerais, sob a organização social patriarcal, onde papéis sociais são definidos para os sujeitos gendrados definidos no romance, a João Alves cabe a coordenação de sua fazenda, família e agregados, a sua esposa D. Nhanhá caberia o cuidado da casa e filha, e a Maria filha do casal, competiria se preparar para conseguir um bom casamento. O espaço gendrado representado no romance é marcado por relações de poder, pois o chefe da família João Alves, tem grande liberdade, age no âmbito público, tem o poder de mando sobre seus familiares e escravaria, enquanto a esposa D. Nhanhá e a filha Maria obedecem a João Alves, e vivem confinadas no ambiente doméstico, temendo sofrer alguma represália do patriarca.

Segundo Teresa de Lauretis, da mesma forma que existem tecnologias complexas na sociedade que buscam definir as papéis sociais de gênero, no campo midiático, jurídico, médico/científico, educacional dentre outros, a construção de gênero “também ocorre em nível “local” nas práticas micropolíticas da vida diária e das resistências cotidianas que proporcionam agenciamento e fontes de poder” (LAURETIS, 1994, p. 237). Cumpre ressaltar que as micropolíticas de gênero se desenvolvem, principalmente, através das formas de socialização familiar, que, na maioria das vezes, são responsáveis por criar um modelo idealizado de homem e de mulher.

No romance em análise as micropolíticas de gênero perpassam as relações descritas entre os personagens, no âmbito público destaca-se a atuação de João Alves, que cuida de sua “terra, o gado comprado, os animais de serviço e os escravos” (VASCONCELOS, 1966, p. 47), além do espaço dos negócios ele administra a sua casa sempre em observância rigorosa aos preceitos morais, uma vez que, “tomava conta das trincheiras de defesa de uma família onde a honradez humilde não dava quartel a nenhum ato contra a moral” (VASCONCELOS, 1966, p. 45). No âmbito doméstico, como é relatado, recai sobre a personagem Maria uma tentativa de controle do seu corpo e disciplinarização a partir de normas morais e religiosas, que falham, quando a jovem transgride um dos principais desígnios femininos oitocentistas à perda da virgindade sem estar casada, já que: “Maria ainda solteira apareceu grávida” (VASCONCELOS, 1966, p. 42). Também confinada na esfera doméstica, destaca-se a vivência de sofrimento da senhora da casa, D. Nhanhá que depois da descoberta da gravidez da filha, perdeu a razão de viver, aparecendo em poucos



episódios no romance angustiada e acabrunhada e se apegando à religiosidade como arrimo, como expressa o trecho: “D. Nhanhá, engelhada, encolhida na cama, sob rumas de cobertores, agarrava-se a um terço com as mãos trêmulas. Rezava não para si: para a filha” (VASCONCELOS, 1966, p. 44).

As micropolíticas de gênero se manifestam nas relações familiares através “de uma rede complexa e precisa de direitos, proibições, obrigações econômicas e laços legais e religiosos” (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 27). O que pode ser percebido na estrutura patriarcal narrada no romance, que traz a figura do patriarca como o mantenedor de sua família que impõem proibições e interdições à esposa e filha, já que, no período histórico representado poucos eram os direitos reservados à mulher. E na história narrada a religiosidade é o ponto de confluência entre os membros da família.

No romance, D. Nhanhá adoece em decorrência da frustração da gravidez da filha solteira e falece no momento em que sua filha concebe a sua neta. D. Nhanhá morre suplicando João Alves que perdoe a filha: “- João, vou morrer! Meu último pedido é que você perdoe de coração nossa filha infeliz!” (VASCONCELOS, 1966, p. 45). Embora João Alves tenha perdoado a filha sentia-se interiormente desolado, como sugere o fragmento: “- Estou viúvo, vencido e desonrado!” (VASCONCELOS, 1966, p. 45). Visto que, no século XIX a perda da virgindade feminina, e a gravidez fora do regime do matrimônio, significa a perda da honra não só para a mulher como para toda a sua família, cuja moralidade é manchada. Desse modo, recaiu sobre João Alves a incapacidade de proteger a sua filha e o corpo social da sua família da humilhação e desonra.

Sobre o personagem João Alves, comenta o narrador que: “Aquele varão digno, extremado em honra, capaz de matar a filha se soubesse da sua gravidez; homem que era um lobo para defender seu lar, estava dobrado pelo vagido de uma criança” (VASCONCELOS, 1966, p. 45). João Alves decide não matar a filha em decorrência do último pedido da esposa e da comoção causada pela neta recém-nascida. O trecho evidencia a violência patriarcal que inferiorizava as mulheres, a presença do machismo e a constituição de uma relação de poder dessemelhante entre homens e mulheres, que, muitas vezes, buscavam subordiná-las através da violência de gênero, uma vez que, em nome de uma honra oitocentista masculina poderia se chegar ao extremo de matar à uma mulher, vista como uma posse, propriedade, cuja vida ou morte poderia ser arbitrada pelo homem.



É importante destacar que tal mentalidade misógina e machista ainda está presente na sociedade contemporânea, uma vez que o patriarcado foi se reconfigurando ao longo dos tempos, mas ainda preserva sua matriz pautada em relações de dominação, em comportamentos opressivos, em que o homem subjuga a mulher, impõe papéis de gênero fixos e inamovíveis e viola os direitos das mulheres através da violência que, muitas vezes, se consuma em feminicídios.

Depois de alguns anos da morte da esposa, João Alves parte com sua filha, neta e escravos para São Domingos do Araxá em busca de uma vida nova. Contudo, em decorrência da moral hipócrita do século XIX, João Alves sempre tem a necessidade de mentir (embora detestasse) sobre a condição da filha com receio da reprovação social.

- Seu genro não veio... O ancião descruzou as pernas, com visível mal-estar: - Também não tenho mais genro. Agitava-se porque ia mentir, contra seu hábito: - Minha filha também é viúva... - Enviuvou cedo! - Enviuvou. (...) - E seu genro com que idade morreu? - Com 40 ... Morreu môço, umas febres... Um homem como João não mentia nunca, mas, por pundonor, era obrigado a torcer a verdade ali, entre estranhos. Sua filha nunca fora casada e aquela inverdade que dissera levava-lhe sangue ao rosto que ardia, queimando (VASCONCELOS, 1966, p. 37 - 38).

Vale destacar no romance *A vida em flor de Dona Bêja*, a subjetividade feminina criada pelo escritor para a personagem Maria representada em sua produção literária. É importante frisar que “a subjetividade pode ser entendida como o espaço íntimo do sujeito, ou seja, o mundo interno de todo e qualquer ser humano. Este mundo interno é composto por emoções, sentimentos e pensamentos” (ZAGO, 2013, p. 817). Como se trata de um homem inscrevendo o universo de vivência feminino, cabe aqui uma reflexão sobre o conceito de alteridade.

É possível repensar o romance histórico de Agripa Vasconcelos a partir do conceito de alteridade. Tal conceito pode ser entendido como o “(...) fato ou estado de ser outro; diferenciação do sujeito em relação a um outro. Alteridade pode ser compreendida como o lugar da diferença cultural ou do reconhecimento do outro” (PIRES; CARVALHO, 2016, p. 276). Na literatura, a alteridade se inscreve a partir da “relação de oposição entre o sujeito pensante (o eu) e o objeto pensado (o não eu)” (ALMEIDA, 2013, p. 10). Trata-se então da construção do outro a partir da linguagem e discurso, como os discursos não são neutros “têm desempenhado um importante papel na construção da subjetividade das mulheres e,



têm servido para mantê-las numa posição de subordinação” (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 49).

No exercício de alteridade deve-se questionar quem é outro(a) representado? Que no caso do romance é uma mulher do século XIX, que realmente existiu, e que foi ficcionalizada pelo escritor, porquanto, os documentos históricos⁵ atestam Maria como a mãe de Beja.

É inegável a importância da linguagem para a sociedade, mas vale denotar que ela, muitas vezes, “desempenha um papel fundamental na definição e na manutenção da visão de mundo “masculina”, vigente na maioria das sociedades modernas” (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 55). Essa perspectiva masculina “ao mesmo tempo em que delineou e limitou através do discurso o “espaço” feminino, contribuiu, desta forma, para a construção de uma subjetividade de subalternidade para as mulheres” (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 55). A subjetividade construída por Agripa Vasconcelos para a personagem Maria no romance se encaixa nesse perfil apontado por Maria Lúcia Rocha-Coutinho, de submissão e resignação, como indica o seguinte trecho: “Maria era sempre o silêncio de quem, à beira de um abismo, vê de longe uma cidade iluminada, em que nunca pisará. Sempre de luto, considerando-se renegada, mulher apanhada em falta” (VASCONCELOS, 1966, p.67). O fragmento do texto é revelador de uma mulher que agoniza em vida, sem expectativas ou esperanças de um futuro melhor embora fosse muito jovem, e que se culpa pela morte da mãe e por ter decepcionado o pai. Vale salientar que no contexto a que se refere a ficção, tanto os chefes de família como os agentes da Igreja Católica buscavam a interiorização da culpa pelas mulheres que transgredissem os valores machistas, como uma forma de disciplinarização dos comportamentos femininos.

Enquanto a menina Beja era sempre vibrátil e esbanjava alegria “a mãe inexpressiva e humilhada” (VASCONCELOS, 1966, p. 75) e como ainda acrescenta o escritor “a môça amargava, em sua perpétua mudez, visível tristeza” (VASCONCELOS, 1966, p. 36) sempre “pouco expansiva para o pai e reservada para a filha” (VASCONCELOS, 1966, p. 69). Além de ser um traço recorrente na descrição de Maria a sua tristeza, melancolia e desolação, é recorrente nos trechos que versam sobre a personagem encontrar termos como “silêncio” e “mudez”, que são reveladores da falta de voz concedida às mulheres do passado brasileiro. Essas, comumente precisavam se calar diante do mandonismo de pais, avôs, tios, esposos,

⁵ Em pesquisa histórica sobre Dona Beja, Rosa Maria Spinoso de Montandon encontrou vestígios sobre a mãe de Beja apontada nos documentos como “Maria Bernarda dos Santos” (MONTANDON, 2002, p. 22).



irmãos, levando a um silêncio desvelador da opressão feminina vivida nesse momento histórico pelo patriarcalismo.

Vários trechos do romance revelam a submissão de Maria ao seu pai, já que numa sociedade marcada por valores tradicionais “desde a infância, a criação da mulher era voltada para as obrigações domésticas e a submissão ao homem” (MELO, 2021, p. 02). E, diante da severidade do seu pai, não cabia a Maria discussão: “Maria baixou os olhos, como cadela batida. Saiu gemendo, muito humilde: - Sou uma pobre... Êle, que a ouvira, emendou violento: - Pobre é Jó! Passou a tarde pensativo, explodindo à toa” (VASCONCELOS, 1966, p. 73).

Como nos adverte o narrador, Maria expressava sua dor através das vestimentas, visto que andava “sempre de preto, mesmo passados tantos anos da morte da mãe, parecia uma freira com voto de pobreza. Não usava o menor enfeite nas roupas, freira, freira perpetuamente. Nunca se queixava de nada. Suportava a vida, eis tudo” (VASCONCELOS, 1966, p.69). Destaca-se que o luto e “a possibilidade de expor o sofrimento da perda de um ente querido por meio da indumentária fez do século XIX talvez o último período em que o luto tenha sido tão rigorosamente seguido e normatizado” (SCHMITT, 2009, p. 01) para as mulheres. Através da utilização de vestimentas de cores escuras e austeras as mulheres tornavam públicas a agonia da morte de alguém estimado, sendo essa, “a expressão máxima da virtude feminina e do apego dos vivos pelos seus mortos” (SCHMITT, 2009, p. 01).

Maria é descrita como o exemplo do conformismo feminino, sendo comparada a uma freira. As freiras eram as “mulheres que devotavam-se a Cristo e aceitaram consagrar suas vidas à oração, à humildade e ao serviço ao próximo” (ALGRANTI, 1993, p. 36) sendo que tais mulheres optavam “por uma vida ascética e distinguiam-se das demais mulheres pelo traje especial que usavam” (ALGRANTI, 1993, p. 36). Nos conventos, as freiras também estavam sob o jugo patriarcal, dado que: “a clausura acabou por se tornar um fator de sujeição da mulher ao homem e de total dependência das comunidades à hierarquia eclesiástica masculina, fosse em relação aos bispos ou diretamente ao papa” (ALGRANTI, 1993, p. 41).

Na sociedade oitocentista patriarcal, os conventos também eram os locais escolhidos para o enclausuramento involuntário de mulheres, pois não era um hábito incomum no século XIX, “fazendeiros que encerravam suas mulheres quando saíam em viagem, ou a



existência dos famosos recolhimentos, onde as mulheres adúlteras ou as filhas sem dote passavam o resto da vida” (CORRÊA, 1981, p. 12).

O patriarcalismo deve ser entendido como uma “relação de dominação que opera um contexto de desigualdades entre os opressores e os oprimidos, onde aquele que detém o poder impõe limites, sujeição e servidão àquele que se submete” (MELO, 2021, p. 05). Pode-se evidenciar a sujeição de Maria ao seu pai, que cerceava a sua liberdade, a confinava no domicílio, a vigiava constantemente e a repreendia caso falasse com algum homem.

As atividades sociais de Maria se restringiam a ir à missa sob o policiamento do pai: “Às vezes iam a S. Domingos assistir missa. A mãe comungava. Não encarava os homens. Estava sempre de olhos baixos, humilde. Humilde, pelas faltas que praticara e por submissão aos olhos do pai, a quem desrespeitara uma vez na vida” (VASCONCELOS, 1966, p.69). Do fragmento textual, pode se abstrair o fechamento de Maria para um futuro enlace matrimonial, visto que, sua culpa não poderia ser expurgada, como diz o narrador a partir do trecho: “Seu castigo era perpétuo. Era a mulher arrependida, com o cilício eterno do remorso tardio” (VASCONCELOS, 1966, p.69). No século XIX, a perda da virgindade e a gravidez fora do casamento, além de serem pecados pela ordem religiosa, eram transgressões graves para a moral familiar, para a mulher que se deixasse seduzir, como sugere o romance, o caminho seria de dor, sofrimento e remorso, como é o caso de Maria que carrega o seu “cilício eterno” como diz o texto. É de se referir que o cilício é um “cinto, corrente ou cordão com pontas ou farpas que os penitentes usam sobre a pele como forma de mortificação” (RANGEL, 2009, p. 06), que, no plano ficcional, simboliza o flagelo de Maria.

Sobre o ar virtuoso de Maria, questiona o narrador: “Seria sincera? Ou eram os olhos duros do pai o freio de sua carne?” (VASCONCELOS, 1966, p. 69). No contexto histórico analisado, percebe-se uma busca por controlar a sexualidade da mulher e de invisibilizar os seus desejos, já que, dentro do âmbito doméstico, pais e esposos procuravam regular os comportamentos delas através de uma moral rígida. No âmbito religioso, “a mulher tornou-se o alvo preferido dos pregadores que subiam ao púlpito para acusá-las de luxúria, o pior dos pecados” (PRIORE, 2000, p. 22). Também as instituições médicas passaram a delimitar os comportamentos sexuais entre os adequados e aqueles que seriam doentios e patológicos para as mulheres. Isto posto, percebe-se que muitas eram as formas de tentar domesticar a



sexualidade feminina a uma ordem social esperada, estipulando a castidade para aquelas que eram solteiras e o sexo restrito à procriação para as casadas.

João Alves desejava deixar filha e neta bem encaminhadas antes de morrer, seu desejo era de vê-las casadas, “morto, filha e neta poderiam viver com decência, até o casamento da neta – ou de ambas” (VASCONCELOS, 1966, p. 81), já que, sob a tutela do esposo, estariam resguardadas. Ou seja, não se descartou para a personagem Maria a possibilidade do casamento, mesmo porque no período analisado era possível a restauração da honra da mulher desde que se casasse com um homem probo, dado que:

O casamento era entendido tanto como mantenedor da honra quanto como possibilidade de recuperá-la. A jovem que transgredisse as normas de conduta moral podia redimir-se no casamento, desde que dentro deste continuasse a seguir os preceitos impostos a uma mulher honesta, honrada. Ao casar-se a mulher passava da vigilância paterna para a do esposo e sua sexualidade continuava vinculada a uma série de padrões morais (ESTACHESKI, 2010, p. 14).

Porém, no discurso ficcional o casamento não estava destinado a personagem Maria, pois, logo adoeceu, sofria silenciosa, resignada, “não chamou ninguém, esperando remissão” (VASCONCELOS, 1966, p. 82). Naquele tempo era difundido pela Igreja Católica que “o bem-estar físico era secundário face à salvação espiritual. Além do mais, a doença podia ser percebida alternativamente como uma expressão do pecado ou da graça divina” (EDLER, 2018, p. 02). Pela culpa obsessiva que sentia, Maria ainda acreditava que o seu mal-estar físico seria necessário para a purgação de suas faltas passadas. Todavia, com o agravamento do seu estado, gerou a preocupação do seu pai e de sua filha: “O velho franziu a testa: - Mau, mau! Foi ver os escarros: cor de tijolo. Foi logo ao Arraial ver remédios. O boticário disse parecer pneumonia” (VASCONCELOS, 1966, p. 82).

No período oitocentista muitas eram as doenças que se espalhavam e faziam grande número de vítimas, em decorrência das precárias condições sanitárias, pelos poucos recursos terapêuticos disponíveis e pelo pouco número de médicos e boticários capacitados para atender à população. Em *A vida em flor de Dona Bêja* mesmo sendo muito jovem, Maria não resistiu à doença: “Ao meio-dia, respirando a custo, ficou roxa, sem ar, muito agitada. Morreu ao escurecer, justamente quando começava a boieira, grande e branca, sobre o horizonte frio” (VASCONCELOS, 1966, p. 84), deixando, assim, sua filha Beja inconsolável.



Considerações Finais

No romance *A vida em flor de Dona Bêja*, a análise da personagem Maria lança luz sobre importantes aspectos da condição feminina no século XIX, como a vivência da mulher sob o regime patriarcal, a imposição de uma submissão feminina pelo homem, as implicações trazidas pela perda da virgindade da mulher fora do casamento, os mecanismos de controle criados pela sociedade (ordem familiar, religiosa e médica) para ordenar os comportamentos femininos e disciplinar a sexualidade da mulher a partir de um modelo desejado, como a criação de uma subjetividade feminina ordeira, conformada e subserviente.

Dessa forma, o romance *A vida em flor de Dona Bêja* é uma importante narrativa literária para se repensar as representações femininas criadas por um homem escritor. Destarte, esse trabalho buscou contribuir para o processo de desconstrução dessas imagens femininas, a partir dos estudos de alteridade e do próprio revisionismo proposto pela história social das mulheres a essas representações femininas que circulavam no imaginário coletivo oitocentista e que estão repletas de preconceitos.

Referências

ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e devotas: mulheres da colônia**. Rio de Janeiro: José Olympio, Brasília: Edunb, 1993.

ALMEIDA, Tatiana Rodrigues de. **Através do espelho: Imagem corporal e corpo ideal no câncer de mama**, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013. Dissertação de Mestrado.

BURITI, Iranilson. Espaços de Eva: A mulher, a honra e a modernidade no Recife dos anos 20 (século XX). **Revista História Hoje**. São Paulo, n° 5, p. 01 – 10, 2004.

CASTRO, Ana Beatriz Cândido. Gênero, patriarcado, divisão sexual do trabalho e a força de trabalho feminina na sociabilidade capitalista. **VI Seminário CETROS: Crise e mundo do trabalho no Brasil desafios para a classe trabalhadora**. Itaperi, p. 01 – 14, 2018.

CAUFIELD, Sueann. **Em defesa da Honra, moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro**. Campinas: Unicamp, 2000.

CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia: A História entre certezas e inquietudes**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.



- CORRÊA, Marisa. Repensando a família patriarcal brasileira. *Cad.Pesq.* São Paulo, v. 37, p. 05- 16, maio. 1981.
- ESTACHESKI, Dulceli de Lourdes Tonet. Da promessa ao processo: crimes de defloração em Castro (1890-1916). *Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas*, Londrina, p. 12 – 18, 2010.
- GIACOMINI, Sônia Maria. **Mulher e escrava**: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1988.
- LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, H. B (Org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206 - 242.
- LUFT, Gabriela; WELTER, Juliane. As personagens negras na literatura brasileira oitocentista: Os quadros da escravidão de Joaquim Manuel de Macedo. **Terra roxa e outras terras - revista de estudos literários**, Londrina, v. 17-B, p. 06 – 17. 2009.
- MELO, Carolle Ramona Almeida de. A sociedade patriarcal e a opressão da mulher: uma mirada sobre as personagens femininas em *O primo Basílio*. **Revista Água Viva**. Brasília, v. 06, nº03, p. 01-15, 2021.
- MONTANDON, Rosa Maria Spinoso. **Dona Beja**: Desfazendo as teias do mito. Universidade Federal de Uberlândia, 2002. Dissertação de Mestrado.
- PIRES, Maiane; CARVALHO; Isaías Francisco de. A poética do outro em *Niketche*: figuras de alteridade na literatura moçambicana. **Revista Moara**, Belém do Pará, v.02, p. 267-286, 2016.
- PRIORE, Mary Del. **Ao sul do corpo**: Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.
- PRIORE, Mary Del. **Mulheres no Brasil colonial**. São Paulo: Contexto, 2000.
- QUINTANEIRO, Tânia. **Retratos de mulher**: o cotidiano feminino no Brasil sob o olhar de viajeiros do século XIX. Petrópolis: Vozes. 1995.
- RAMOS, Emerson Erivan de Araújo. Direito como tecnologia de gênero: Uma análise de caso. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 - Anais Eletrônicos**. Florianópolis, p. 01 -09, 2012.
- RANGEL, Leonardo Coutinho de Carvalho. Ideias e práticas ascéticas entre as Clarissas do Convento de Jesus de Setúbal (Séculos XV – XVII). **ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História**, Fortaleza, p. 01-07, 2009
- ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por trás dos panos**: a mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- SAMARA, Eni de Mesquita. **Família, mulheres e povoamento em São Paulo, século XVII**. São Paulo: Edusc, 2003.
- SCHMITT, Juliana Luiza de Melo. A dor manifesta: Vestuário de luto no século XIX. **Dobras**, Barueri – SP, v. 03, p. 01 – 05, 2009.
- SILVA, Renato Martins. Em nome da honra: Um tema presente na literatura do século XIX. **Anais do IV Congresso de Letras da UERF- SG**. São Gonçalo, 2007.



VASCONCELOS, Agripa. **A vida em flor de Dona Bêja**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1966.

ZAGO, Lourdete Rejane Ferro. Subjetividade: Representação social da família. **Revista Eletrônica Gestão & Saúde**, Brasília, V.04, nº 03, p.815- 828, 2013.

